

**HABEAS CORPUS Nº 501.211 - SP (2019/0088561-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIANA LEITE FIGUEIREDO - SP324956  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : V C DOS S (INTERNADO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de V. C. DOS S., apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

Em consulta o sítio eletrônico do Tribunal de origem, verificou-se que foi julgado o mérito do *writ* originário, em 9/5/2019, no sentido de denegar-lhe a ordem, por acórdão assim ementado (fl. 129):

HABEAS CORPUS. Estatuto da Criança e do Adolescente. Habeas corpus que não é a medida adequada para a reapreciação de mérito de decisão. *Writ* conhecido excepcionalmente. Sentença amplamente fundamentada quanto à aplicação da medida de internação. Medida aplicada em consideração às condições pessoais da jovem. Afronta ao artigo 49, II, da lei 12.594/12 que não se verifica. Habeas corpus denegado, observada a liminar do C. Superior Tribunal de Justiça que submeteu a paciente a semiliberdade até o julgamento do habeas corpus lá impetrado.

Consta dos autos que o paciente teve contra si julgada procedente representação pela prática do ato infracional análogo ao crime tipificado no 33 da Lei 11.343/2006, sendo-lhe aplicada medida socioeducativa de internação.

No presente *writ*, a impetrante argumenta que não estão presentes as hipóteses do art. 122 do ECA. Por isso, requer a concessão da ordem, para que seja aplicada medida de liberdade assistida.

Deferida a liminar e, prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem.

Conforme informação de fl. 73 verifica-se que o paciente foi inserido em medida de semiliberdade, em 8/3/2019, em cumprimento à liminar deferida nestes autos.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, o paciente, representado pela prática do ato infracional análogo ao crime tipificado no 33 da Lei 11.343/2006, busca a aplicação de medida de liberdade assistida, sob o argumento de ausência das

hipóteses do art. 122 do ECA.

A sentença aplicou ao paciente medida socioeducativa de internação sob a seguinte fundamentação (fls. 22/25):

[...]

Muito embora o tráfico de entorpecente não seja delito praticado com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa, **é entendimento desta magistrada que se trata de delito gravíssimo, equiparado a hediondo em nosso ordenamento, de modo que mereça grande reprovabilidade.**

**De se destacar que a quantidade de droga apreendida com o menor foi significativa, além da diversidade dos entorpecentes (maconha, crack e cocaína), inclusive, afirmou que vinha desenvolvendo a atividade há certo tempo, como um empreendimento.**

Ademais, o tráfico de drogas é crime que vem castigando a sociedade e por não necessitar de planejamento ou outros meios que não a simples posse da droga, permite ao envolvido, caso solto, a voltar à traficância de imediato. Por tais razões, tenho que a medida adequada ao caso concreto é a INTERNAÇÃO, único mecanismo pedagógico restante a demonstrar ao adolescente o desvalor de sua conduta e as maneiras de evitá-la, de forma a encaminhá-lo e orientá-lo para o convívio social saudável.

[...].

Como se vê, foi imposta ao paciente a medida socioeducativa de internação com supedâneo na gravidade abstrata do ato infracional e na quantidade e na diversidade de drogas apreendidas.

Ocorre que o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, embora seja socialmente reprovável, não conduz, obrigatoriamente, à medida socioeducativa de internação (Súmula n. 492 do STJ), que somente pode ser decretada nas hipóteses taxativamente elencadas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA:

*Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:*

*I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;*

*II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;*

*III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.*

Nenhuma das hipóteses legais, porém, é expressada como fundamento para a internação.

Todavia, diante da diversidade, quantidade e a natureza das drogas apreendidas (9g de cocaína, 186g de maconha e 21g de crack), verifica-se proporcional a colocação do paciente em medida de semiliberdade.

Assim, não havendo no tema divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar a colocação do paciente, V. C. DOS S., em medida socioeducativa de semiliberdade.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

